

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
E NOTAS EXPLICATIVAS**
1º Trimestre de 2023

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Administração Direta
Março 2023

MINISTRO DO TRABALHO

LUIZ MARINHO

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

FRANCISCO MACENA DA SILVA

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

ROGERIO XAVIER ROCHA

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Omar Ney Nogueira Moraes

Elaboração

Tatiane Aguiar de Oliveira

Equipe Setorial Contábil

Crislaine dos Santos Diniz

Débora Ribeiro Martins

Diego Miranda Machado Maia

Francisco Wanderley Menezes da Silva

Nina Lubiane Gomes de Souza

Oseias Gomes de Oliveira

Patricia de Melo Costa

Raimundo Geraldo Ribeiro

Tatiane Aguiar de Oliveira

Thaise Munique Fonseca Mariz de Medeiros

Informações:

Telefone: 2031-6916

Correio eletrônico: cgcont.dafc@economia.gov.br

Sumário

I – CONTEXTO OPERACIONAL.....	6
II – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	10
BALANÇO PATRIMONIAL.....	10
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	12
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	13
BALANÇO FINANCEIRO.....	15
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	16
III – NOTAS EXPLICATIVAS	18
BALANÇO PATRIMONIAL.....	22
1 - Caixa Equivalentes de Caixa	22
2 - Créditos de Curto e Longo Prazo.....	23
2.1 - Demais Créditos e Valores	23
3 - Imobilizado.....	24
3.1 Bens Móveis	24
3.2 Bens Imóveis.....	26
4 – Intangível.....	26
5 – Contas de Controle.....	27
5.1 - Convênios e Instrumentos Congêneres	27
5.2 Contratos de Serviços em Execução.....	28
5.3 - Diversos Responsáveis	29
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	29
6 - Resultado Patrimonial.....	30
6.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA.....	30
6.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD	30
6.3 Desempenho Financeiro.....	30
6.4 Desempenho Não Financeiro	31
6.5 Demonstração das Variações Patrimoniais - Ajustada.....	31
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	34
7.1 Conciliação: Balanço Orçamentário x Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	34
7.2 Restos a Pagar	34
7.3 Execução Orçamentária.....	36
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	36
8 - Geração Líquida de Caixa	36

8.1. Atividades Operacionais	36
8.2 Conciliação: Demonstração dos Fluxos de Caixa x Caixa e Equivalentes de Caixa	37
BALANÇO FINANCEIRO	37
9 – Resultado Financeiro	37
9.1 Receitas e Despesas Orçamentárias.....	38
9.2 Transferências Financeiras – Recebidas e Concedidas.....	38
9.3 Pagamentos e Recebimentos Extraorçamentários	38

LISTA DE SIGLAS e ABREVIATURAS

BF – Balanço Financeiro
BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial
BCB - Banco Central do Brasil
CEF – Caixa Econômica Federal
CF – Constituição Federal
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGFIN – Coordenação-Geral de Recursos Financeiros
CTU - Conta Única do Tesouro Nacional
DCON – Demonstrações Contábeis
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
LOA – Lei orçamentária anual
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
ME – Ministério da Economia
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MTP – Ministério do Trabalho e Previdência
NBC ASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NBC TSP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OFSS – Orçamento Fiscal e Seguridade Social
PCASP – Plano de Contas Aplicada ao Setor Público
RP – Restos a Pagar
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SRFB – Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
UG – Unidade Gestora
VPA – Variação Patrimonial Aumentativa
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva

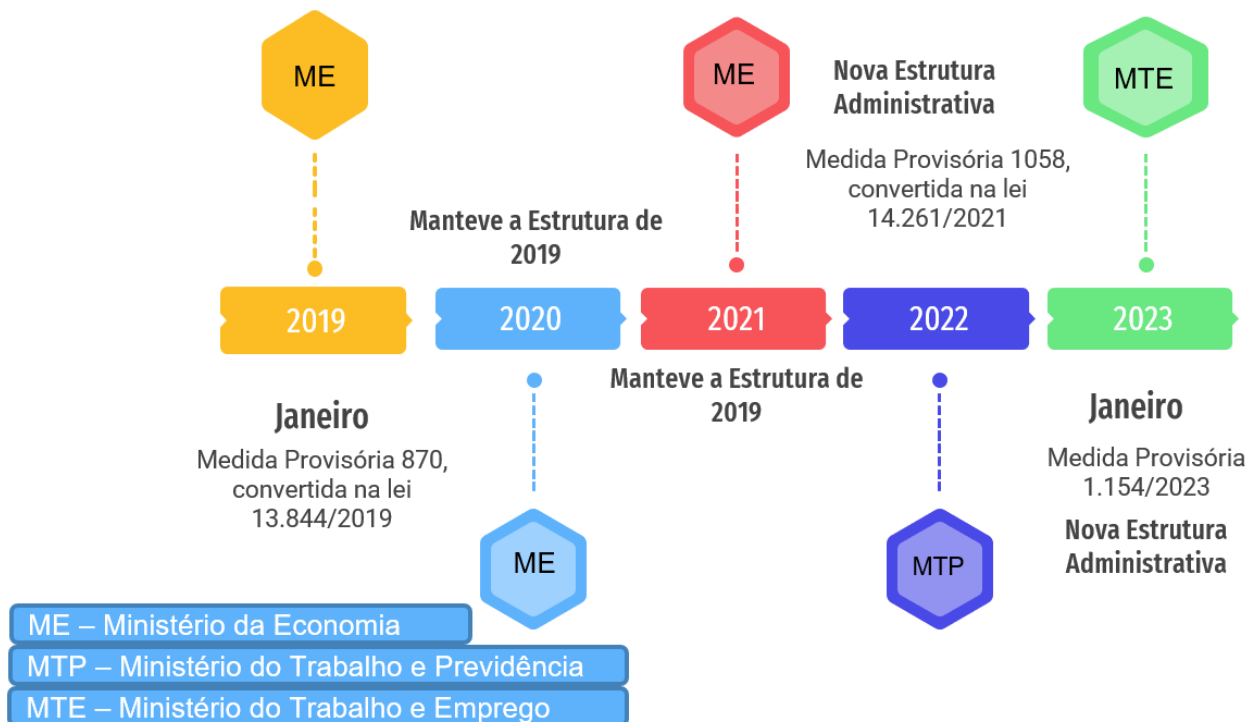
I – CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, inscrito no CNPJ nº 23.612.685/0001-22, localizado no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco F, CEP 70.059-900 é órgão da Administração Pública Direta do Governo Federal.

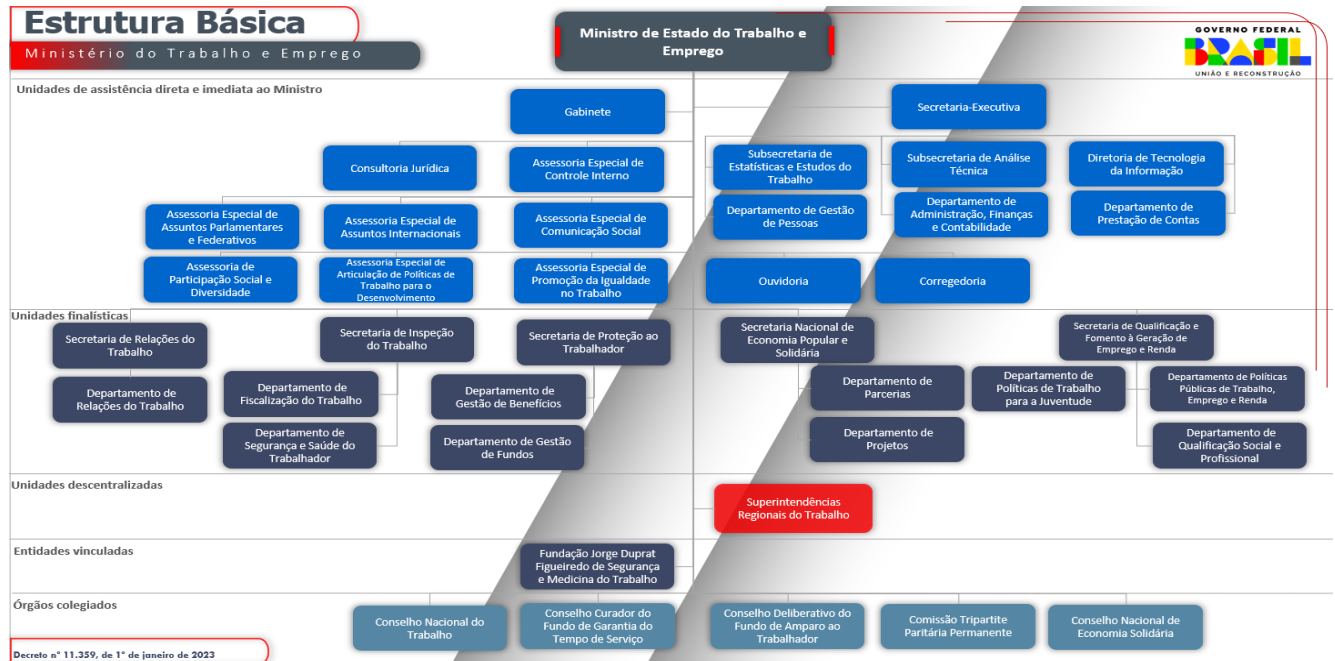
Em janeiro de 2019 o MTE foi incorporado ao Ministério da Economia, a Medida Provisória nº 870 convertida na lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019, que trata da estrutura do poder executivo da administração pública federal direta, transformou o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o Ministério do Trabalho e Emprego no Ministério da Economia.

Outra Reforma da Organização Administrativa do Governo Federal ocorreu em 27 de julho de 2021. Por meio da Medida Provisória nº 1.058, convertida na lei nº 14.261 de 16 de dezembro de 2021, desmembrou do Ministério da Economia as pastas do Trabalho e da Previdência, criando o Ministério do Trabalho e Previdência.

A Medida Provisória nº 1.154, de janeiro de 2023, estabeleceu a nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e seus Ministérios. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi recriado, ocorrendo assim a cisão das pastas Trabalho e Previdência.



A figura abaixo traz a Estrutura Básica do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, na forma definida pela Medida Provisória 1.154/2023 e regulamentada pelo Decreto nº 11.359/2023.

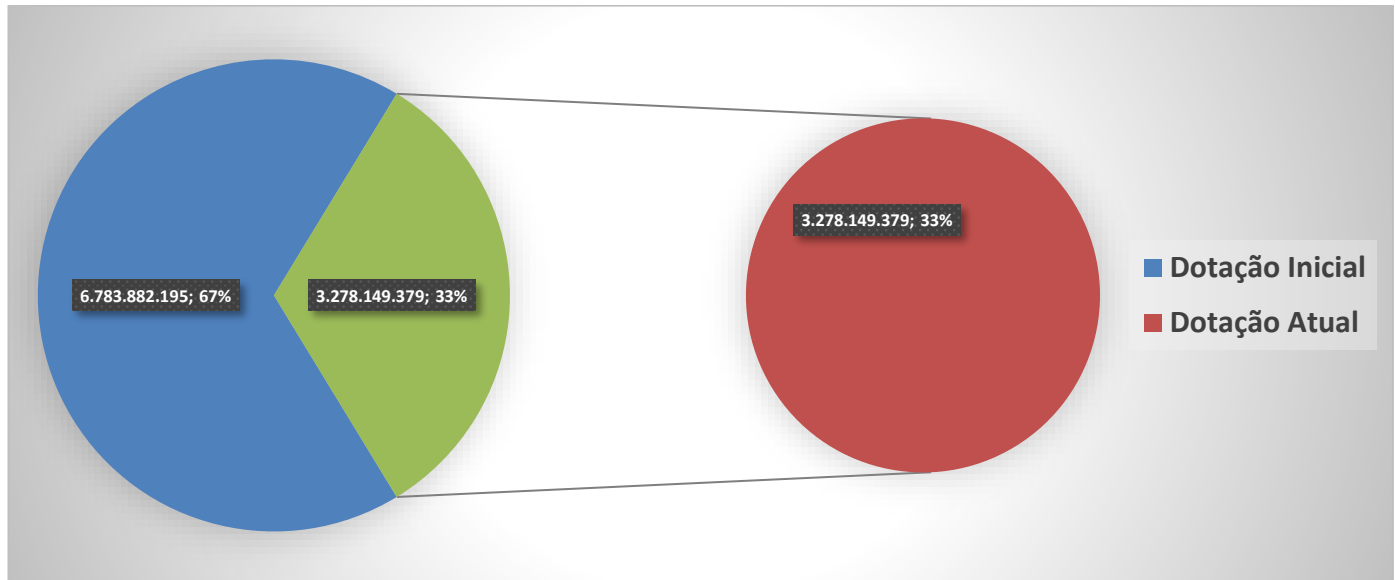


A Medida Provisória nº 1.154/2023 definiu, ainda, como área de competência do MTE:

- I - Política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador;
- II - Política e diretrizes para a modernização do sistema de relações de trabalho e do sistema sindical;
- III - fiscalização do trabalho, inclusive do trabalho portuário, e aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas;
- IV - Política salarial;
- V - Intermediação de mão de obra e formação e desenvolvimento profissionais;
- VI - Segurança e saúde no trabalho;
- VII - economia solidária, cooperativismo e associativismo urbanos;
- VIII - regulação profissional;
- IX - Registro sindical;
- X - Produção de estatísticas, estudos e pesquisas sobre o mundo do trabalho para subsidiar políticas públicas;
- XI - políticas de aprendizagem e de inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, em articulação com os demais órgãos competentes;
- XII - políticas de enfrentamento às desigualdades no mundo do trabalho;
- XIII - políticas voltadas para a relação entre novas tecnologias, inovação e mudanças no mundo do trabalho, em articulação com os demais órgãos competentes; e
- XIV - políticas para enfrentar a informalidade, a rotatividade e a precariedade no mundo do trabalho.

A lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, aprovou o orçamento para o exercício financeiro de 2023, teve sua base estrutura na organização administrativa vigente em 2022. Neste contexto, ao ser aprovada a LOA trouxe na mesma Unidade Orçamentária despesas vinculadas ao MTE e ao MPS.

Em fevereiro de 2023 o órgão central de orçamento realizou o “de/para” orçamentário e segregou o orçamento das pastas. Deste modo, o gráfico abaixo demonstra o cenário orçamentário do MTE comparando dotação inicial com dotação atual.

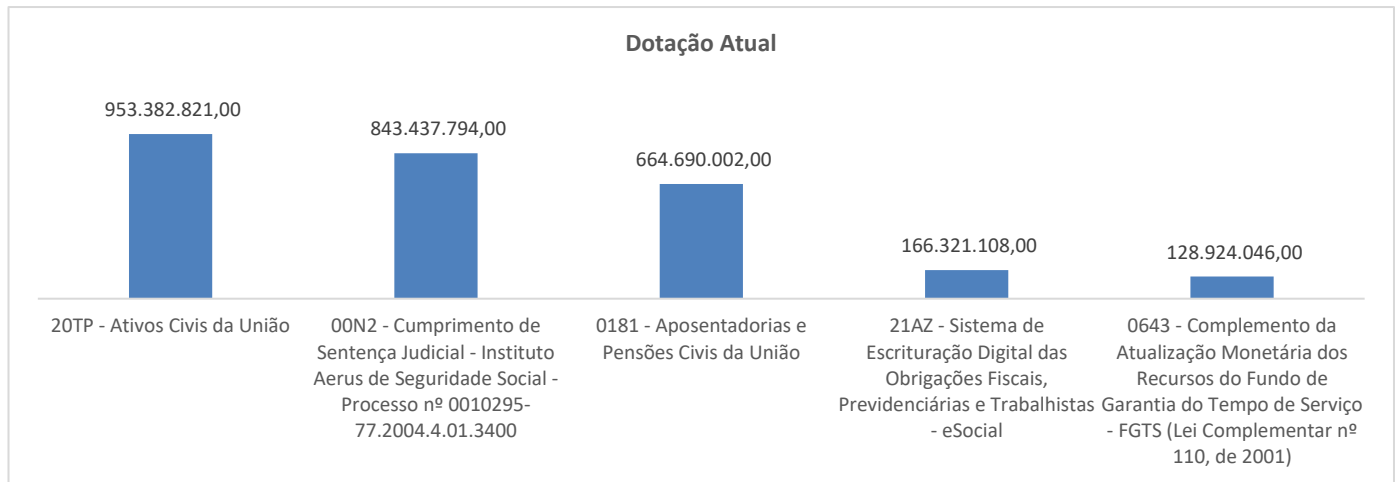


Fonte: SIOP
 Valores em R\$

Ainda no aspecto orçamentário, destacamos abaixo as cinco maiores ações orçamentárias que representam 84% do total do orçamento do MTE – Administração Direta, vinculada a unidade orçamentária 40101, para o Exercício Financeiro de 2023:

- 20TP - Ativos Cíveis da União: Ação voltada para Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.
- 00N2 - Cumprimento de Sentença Judicial - Instituto Aerus de Seguridade Social - Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400: Cumprimento de Sentença Judicial - Instituto Aerus de Seguridade Social - Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400
- 0181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis da União: Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.
- 21AZ - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social: Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social
- 0643 - Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001): Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001).

O quadro abaixo apresenta os valores da **dotação atual** das cinco maiores ações orçamentárias:



Fonte: SIOP
Valores em R\$

Estas e outras informações relevantes a respeito do Ministério do Trabalho e Previdência relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/>.

II – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

<i>Ativo</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	185.722.478	165.007.161
Créditos a Curto Prazo	267.214.090	264.244.618
Demais Créditos e Valores	267.355.097	264.390.806
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	- 141.007	- 146.188
Estoques	263.631	259.987
	453.200.199	429.511.767
Não Circulante		
Ativo Realizável a Longo Prazo	31.996.541	24.684
Créditos a Longo Prazo	31.996.541	24.684
Demais Créditos e Valores	156.993.084	196.672.170
(-) Ajustes para Perdas	- 124.996.543	- 196.647.486
Imobilizado	300.139.841	309.625.617
Intangível	33.023.783	29.469.463
	365.160.165	339.119.764
Total do Ativo	818.360.364	768.631.530
<i>Passivo</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Circulante		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	111.794.180	149.989.227
Fornecedores e Contas a Pagar	5.189.224	4.513.110
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	107	107
Provisões	-	76.436.407.613
Demais Obrigações	22.954.461	18.420.043
	139.937.972	76.609.330.099
Não Circulante		
Provisões a Longo Prazo	-	1.339.768.002.370
	-	1.339.768.002.370
Patrimônio Líquido		
Demais Reservas	4.942	4.942
Resultado do Exercício	83.977.626	- 106.509.435.678
Resultados de Exercícios Anteriores	594.578.498	- 1.309.108.861.713
Ajustes de Exercícios Anteriores	- 138.675	9.591.510
	678.422.391	- 1.415.608.700.939
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	818.360.364	768.631.530

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

<i>Saldo Patrimonial</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Ativo		
Financeiro	185.722.478	165.007.161
Permanente	632.637.886	603.624.369
	818.360.364	768.631.530
Passivo		
Financeiro	1.399.830.782	729.773.330
Permanente	9.565.242	1.416.204.411.821
	1.409.396.024	1.416.934.185.151
Saldo Patrimonial	- 591.035.660	- 1.416.165.553.621
Saldo Patrimonial	591.035.660	1.416.165.553.621

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

<i>Ativo</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas	2.377.755	1.543.200
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	460.000	-
Total	2.837.755	1.543.200
<i>Passivo</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Atos Potenciais Passivos		
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	88.004.937	71.505.213
Obrigações Contratuais	951.771.026	592.028.095
Total	1.039.775.962	663.533.308

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

<i>Destinação de Recursos</i>		<i>31/03/2023</i>
Recursos Ordinários	-	1.089.270.028
Recursos Vinculados		57.256.041.568
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	202.642.581
Previdência Social (RPPS)	-	
Dívida Pública	-	2.454.058
Alienação de Bens e Direitos		444.134
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		57.654.783.678
Outros Recursos Vinculados	-	194.089.606
Total		56.166.771.540

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

<i>Variação Patrimonial</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Aumentativa		
Contribuições	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	42.711	426.718
Transferências e Delegações Recebidas	117.424.286.671	200.182.934.584
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	12.260.212	148.986
Exploração e Venda de Bens, Serviços e	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	41.463.409	7.499.983
	117.478.053.004	200.191.010.271
Diminutiva		
Pessoal e Encargos	597.290.581	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.647.856	303.374
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	241.268.880	141.060.502
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	1.134
Transferências e Delegações Concedidas	116.537.319.261	200.037.163.122
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	10.478.672	446.743
Tributárias	59.747	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	10.379	3.028
	117.394.075.377	200.178.977.904
Resultado Patrimonial do Período	83.977.626	12.032.367

RESTOS A PAGAR

<i>RP Não Processado</i>	<i>Tipo</i>	<i>Inscritos Ex. Inscritos em 31 de Dezembro</i>		<i>Liquidados</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
		<i>Anteriores</i>	<i>do Ex. Anterior</i>				
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos	-	3.605.025	2.412.106	2.412.106	-	1.192.919
	Outras Despesas Correntes	183.971.238	354.537.362	68.489.339	68.457.479	498.561	469.552.561
Despesa de Capital	Subtotal	183.971.238	358.142.388	70.901.445	70.869.585	498.561	470.745.480
	Investimentos	10.266.447	17.200.339	3.513.324	3.297.536	-	24.169.250
Total	Subtotal	10.266.447	17.200.339	3.513.324	3.297.536	-	24.169.250
		194.237.685	375.342.727	74.414.769	74.167.121	498.561	494.914.730

<i>RP Processado</i>	<i>Tipo</i>	<i>Inscritos Ex. Inscritos em 31 de Dezembro</i>		<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
		<i>Anteriores</i>	<i>do Ex. Anterior</i>			
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	-	155.089.448	154.991.766	-	97.682
	Outras Despesas Correntes	2.025	8.076.719	8.076.288	2.455	-
Total		2.025	163.166.167	163.068.054	2.455	97.682

BALANÇO FINANCEIRO

<i>Ingressos</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Receitas Orçamentárias		
Ordinárias	-	-
Vinculadas	43.379	359.742
(-) Deduções da Receita Orçamentária	- 1.448	-
	41.931	359.742
Transferências Financeiras Recebidas		
Resultantes da Execução Orçamentária	83.060.727.841	199.099.537.024
Independentes da Execução Orçamentária	34.360.489.525	1.077.997.751
	117.421.217.367	200.177.534.775
Recebimentos Extraorçamentários		
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	122.328.783	13.442
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	781.220.927	2.923.182
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.487.042	3.382.320
Outros Recebimentos Extraorçamentários	9.979.815	1.532.065
	918.016.567	7.851.008
Saldo do Exercício Anterior		
Caixa e Equivalentes de Caixa	165.007.161	4.014.829
	165.007.161	4.014.829
Total	118.504.283.026	200.189.760.354
<i>Dispêndios</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Despesas Orçamentárias		
Ordinárias	1.196.503.200	7.048.835
Vinculadas	346.476.163	136.433.962
	1.542.979.363	143.482.797
Transferências Financeiras Concedidas		
Resultantes da Execução Orçamentária	82.241.601.602	198.951.269.395
Independentes da Execução Orçamentária	34.292.771.829	1.078.134.183
	116.534.373.431	200.029.403.578
Pagamentos Extraorçamentários		
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	163.068.054	1.472
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	74.167.121	721.577
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.892.894	179.691
Outros Pagamentos Extraorçamentários	79.684	-
	241.207.753	902.739
Saldo do Exercício Seguinte		
Caixa e Equivalentes de Caixa	185.722.478	15.971.240
	185.722.478	15.971.240
Total	118.504.283.026	200.189.760.354

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

<i>Fluxos de Caixa</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Das Atividades Operacionais		
Ingressos		
Receita de Contribuições	-	-
Remuneração das Disponibilidades	41.931	81.422
Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	<u>117.435.210.529</u>	<u>200.181.943.455</u>
	<u>117.435.252.460</u>	<u>200.182.024.877</u>
Desembolsos		
Trabalho	- 537.468.403 -	2.105.469
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas	473.694	505.705
Demais Despesas	247.079.719	139.163.754
Transferências Concedidas	- 88.819.172	-
Outros Desembolsos Operacionais	- 116.538.346.009 -	200.029.583.268
	<u>- 117.411.239.607 -</u>	<u>200.170.346.786</u>
Das Atividades de Investimento		
Alienação de Bens	-	278.320
Amortização de Empréstimos e	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
Ingressos	<u>-</u>	<u>278.320</u>
Desembolsos		
Aquisição de Ativo Não Circulante	- 2.122.730	-
Outros Desembolsos de Investimentos	- 1.174.806	-
	<u>- 3.297.536</u>	<u>-</u>
	<u>20.715.317</u>	<u>11.956.411</u>
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	20.715.317	11.956.411
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	165.007.161	4.014.829
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	185.722.478	15.971.240

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

<i>Quadro de Transferências</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Recebidas	Sub-Repasse Recebido	741.883.873	6.223.270.163
	Cota Recebida	82.274.793.555	819.602.906.154
	Demais Transf. e Delegações Recebidas	47.377.911	1.565.154.245.807
	Transferências Recebidas para Pgto. de RP	34.360.231.333	970.854.738
	Subtotal	117.424.286.671	2.391.951.276.861
Concedidas	Sub-Repasse Concedido	- 742.098.873	- 6.223.270.163
	Movimentações de Saldos Patrimoniais	- 9.518.607	- 1.563.241.670.761
	Transferências Concedidas para Pgto. de RP	- 34.278.276.307	- 946.490.986
	Repasse Concedido	- 81.498.302.729	- 813.409.621.741
	Demais Transf. e Delegações Concedidas	- 9.122.745	- 1.812.460.637
Subtotal	- 116.537.319.261	- 2.385.633.514.288	
Total		886.967.410	6.317.762.573

QUADRO DE DESPESAS EXECUTADAS POR FUNÇÃO

<i>Pessoal e Demais Despesas</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>
Administração	- 55.422.632	- 439.540
Assistência Social	- 9	- 74.205
Previdência Social	- 16.855.372	- 6.978
Trabalho	- 537.468.403	- 2.105.469
Encargos Especiais	- 174.801.707	- 138.643.030
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas	473.694	505.705
Total	- 784.074.427	- 140.763.518

III – NOTAS EXPLICATIVAS

1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis – Exercício Financeiro de 2022

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VII. Notas Explicativas.

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Ministério do Trabalho e Previdência, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

2.1 Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o somatório dos valores em caixa e em bancos bem como equivalentes de caixa, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade registradas na Conta Única do Tesouro Nacional.

2.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados com danos ao patrimônio público, créditos por irregularidade de comprovação e demais créditos administrativos. Os ajustes para perdas são reconhecidos em até doze meses da data das demonstrações contábeis. Os valores são mensurados com base no valor de custo acrescidos das atualizações monetárias e juros registrados até a data do fechamento das demonstrações contábeis em contas de resultado.

2.4 Estoques

Compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

2.5 Ativo realizável a longo prazo

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

2.7 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quanto tiverem vida útil definida).

2.8 Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

2.9 Reavaliação, atualização, depreciação de bens imóveis

Os procedimentos para registro da atualização, reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN, na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 e no Manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União.

2.9.1 Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; e
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

2.9.2 Redução ao Valor Recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFI, especificamente na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio do Tesouro Nacional.

Conforme descrito no item 3.1 da Macrofunção supracitada, no momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por não recuperabilidade será reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, impactando diretamente o patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por não recuperabilidade do ativo será reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por não recuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo será ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

2.9.3 Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

2.9.3.1 Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

2.10 Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos apresentam a seguinte divisão:

- I. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. Fornecedores e contas a pagar;
- III. Provisões; e
- IV. Demais obrigações.

2.10.1 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

2.11 Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- a) Patrimonial;
- b) Orçamentário; e
- c) Financeiro.

2.11.1 Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

2.11.2 Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

2.11.3 Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

BALANÇO PATRIMONIAL

1 - Caixa Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato, estando segmentado em “Caixa” e em “Bancos”.

<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Caixa	184.232.030	163.556.559
Bancos	1.490.449	1.450.602
Total	185.722.478	165.007.161

Fonte: Siafi

O caixa é composto pelos recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional (Limite de Saque) para pagamento de despesas correntes e de capital.

<i>Caixa</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Limite de Saque	184.232.030	163.556.559
Total	184.232.030	163.556.559

Os bancos são compostos pelos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional (CTU) depositados no Banco Central do Brasil (BCB).

<i>Bancos</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Tesouro Nacional	1.490.449	1.450.602
Total	1.490.449	1.450.602

Fonte: Siafi

2 - Créditos de Curto e Longo Prazo

2.1 - Demais Créditos e Valores

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber pelas demais transações (que não se enquadram nos outros grupos de contas classificados nos créditos a receber realizáveis no curto e longo prazo).

2.1.1 Créditos por Dano ao Patrimônio

Créditos por Dano ao Patrimônio são valores referentes à TCE instauradas pelo MTP, contra responsáveis pela gestão dos recursos públicos que foram encaminhadas ao TCU e que são passíveis de pagamento ou não, a depender do julgamento das contas. O montante a ser registrado em Contas a Receber é mensurado por seu valor atualizado de realização, através do Sistema de Atualização de Débito disponibilizado no portal do TCU.

<i>Demais Créditos e Valores</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Créditos por Dano ao Patrimônio	157.134.090	196.838.277
Recursos da União	147.167.389	147.167.389
Outros Créditos e Valores	120.046.701	117.057.310
Subtotal	424.348.180	461.062.976
(-) Ajuste para Perdas	- 125.137.550	- 196.793.674
Total	299.210.630	264.269.302

<i>Créditos por Dano ao Patrimônio</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Falta ou Irregularidade de Comprovação	155.231.721	116.672.502
Pagamentos Indevidos	-	78.213.621
Crédito a Receber por Fraudes em Benefícios	901.598	901.598
Débito de Terceiros em Prestação de Serviços	866.166	866.166
Créditos de Servidor	134.604	184.389
Subtotal	157.134.090	196.838.277
(-) Ajuste para Perdas	- 125.137.550	- 196.793.674
Total	31.996.541	44.603

Fonte: Siafi

A atualização dos valores já contabilizados é realizada uma vez a cada exercício, no mês de dezembro.

3 - Imobilizado

O Imobilizado está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis.

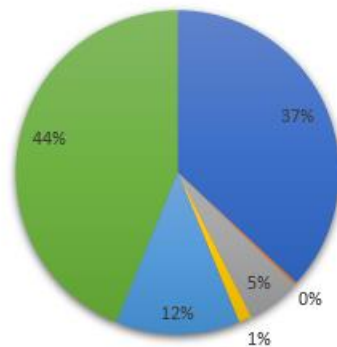
3.1 Bens Móveis

Os bens móveis do MTE estão distribuídos nas Superintendências Regionais e cada Superintendência possui autonomia administrativa. Para o efetivo controle dos estoques de materiais e bens patrimoniais existe a recomendação de utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS.

<i>Bens Móveis</i>	<i>Bens de Informática</i>	<i>Veículos</i>	<i>Móveis e Utensílios</i>	<i>Máq, Aparel, Eqpto e Ferram</i>	<i>Mat Cult, Edu e de Comunic</i>	<i>Demais Bens Móveis</i>	<i>Total</i>
Custo							
Saldo Inicial	45.146.751	53.856.189	15.286.892	6.459.757	1.567.956	314.516	122.632.061
Adição	1.535.429	1.074.269	246.258	180.048	11.587	13.842	3.061.434
Baixa	-	-	7.884	51	-	-	7.935
Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	- 1.234.871	- 1.030.952	- 218.852	- 75.996	- 3.932	- 16.313	- 2.580.916
Saldo Final	<u>45.447.310</u>	<u>53.899.507</u>	<u>15.306.413</u>	<u>6.563.757</u>	<u>1.575.611</u>	<u>312.045</u>	<u>123.104.643</u>
(-) Depreciação							
Saldo Inicial	- 11.026.009	- 5.300.577	- 2.099.983	- 1.465.917	- 275.853	- 56.000	- 20.224.339
Depreciação	- 72.087	- 108.989	- 26.474	- 6.892	- 2.170	- 730	- 217.343
Baixa	48.358	-	2.137	-	-	1.697	52.192
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	- <u>11.049.738</u>	- <u>5.409.567</u>	- <u>2.124.320</u>	- <u>1.472.809</u>	- <u>278.023</u>	- <u>55.033</u>	- <u>20.389.489</u>
Saldo em 31/12/2022	34.120.742	48.555.612	13.186.909	4.993.839	1.292.104	258.516	102.407.723
Saldo em 31/03/2023	34.397.572	48.489.940	13.182.094	5.090.948	1.297.588	257.012	102.715.154

Fonte: Siafi

Bens Móveis



■ BENS DE INFORMÁTICA
 ■ MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA
 ■ MOVEIS E UTENSILIOS
 ■ DEMAIS BENS MOVEIS
 ■ MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO
 ■ VEICULOS

Fonte: Siafi

Cabe destacar que nem todos os bens do MTE estão registrados no SIADS e algumas unidades gestoras realizam a depreciação dos bens móveis, utilizando-se de sistemas patrimoniais não institucionalizados, pelo método das cotas constantes, com base na tabela de vida útil e de valor residual constante na Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão.

3.2 Bens Imóveis

Os bens imóveis do MTP estão distribuídos nas Superintendências Regionais e cada Superintendência possui autonomia administrativa. Para o efetivo controle dos bens existe a recomendação de utilização do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet).

<i>Bens Imóveis</i>	<i>Edifícios</i>	<i>Imóveis Residenciais/Comerciais</i>	<i>Terrenos e Glebas</i>	<i>Demais Bens Imóveis</i>	<i>Total</i>
Custo					
Saldo Inicial	178.035.763	15.502.505	4.238.728	1.580.656	199.357.652
Adição	-	-	-	-	-
Baixa	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Transferência	-	324.554	24.809	-	349.363
Saldo Final	178.035.763	15.177.951	4.213.919	1.580.656	199.008.289
(-) Depreciação					
Saldo Inicial	- 1.367.777	-	-	- 91.901	- 1.459.678
Depreciação	- 118.313	-	-	- 5.611	- 123.924
Transferência	-	-	-	-	-
Saldo Final	- 1.486.090	-	-	- 97.512	- 1.583.602
Saldo em 31/12/2022	176.667.986	15.502.505	4.238.728	1.488.755	197.897.974
Saldo em 31/03/2023	176.549.673	15.177.951	4.213.919	1.483.144	197.424.687

Fonte: Siafi

4 – Intangível

O Intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

<i>Intangível</i>	<i>Softwares</i>	<i>Softwares em Fase de Desenvolvimento</i>	<i>Total</i>
Vida Útil Definida			
Saldo Inicial	14.320.757	-	14.320.757
Adição	2.665.786	142.809	2.808.595
Baixa	- 46.569	-	46.569
Transferência	-	-	-
Saldo Final	16.939.975	142.809	17.082.783
Vida Útil Indefinida			
Saldo Inicial	30.717	15.101.703	15.132.420
Adição	808.580	-	808.580
Baixa	-	-	-
Transferência	-	-	-
Saldo Final	839.297	15.101.703	15.940.999
(-) Amortização			
Saldo Inicial	-	-	-
Amortização	-	-	-
Baixa	-	-	-
Transferência	-	-	-
Saldo Final	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	14.351.474	15.101.703	29.453.177
Saldo em 31/03/2023	17.779.271	15.244.512	33.023.783

Fonte: Siafi

5 – Contas de Controle

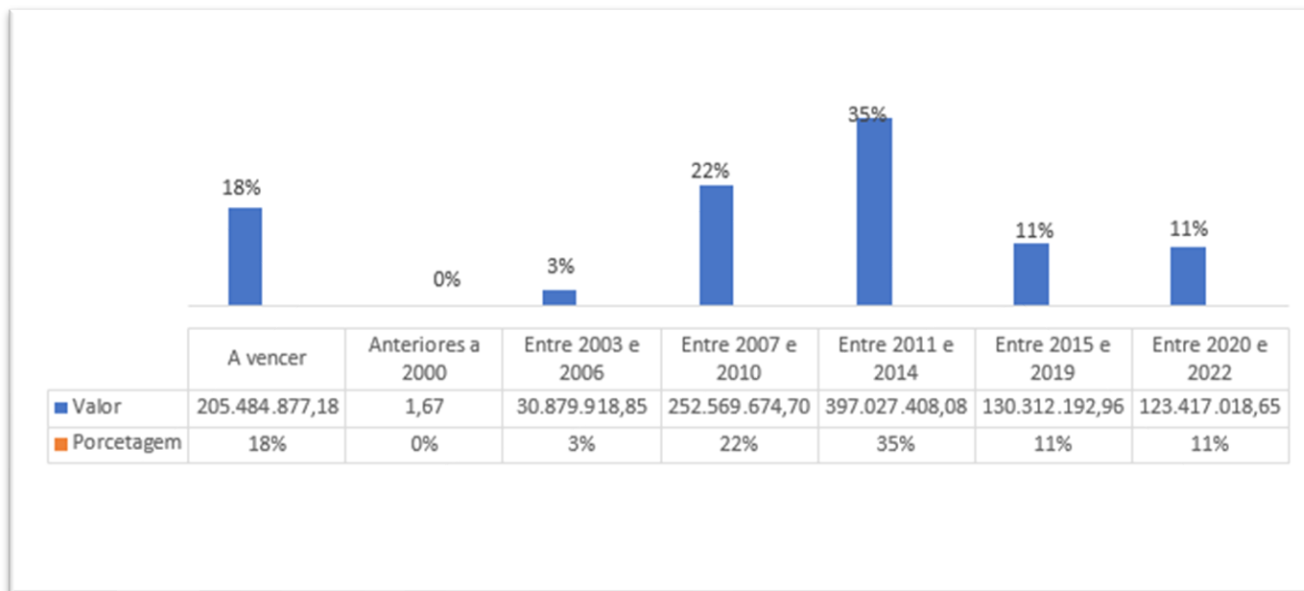
<i>Controle</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Execução dos Atos Potenciais		
Atos Potenciais Passivos		
Convênios e Instrumentos Congêneres	1.619.639.336	1.145.131.183
Contratos em Execução	1.043.480.835	814.122.472
Controle de Responsabilidade P/ Valores, títulos e Bens		
Responsabilidade de Terceiros	565.146	3.467.034
Responsabilidade com Terceiros	63.184	2.965.072
Diversos Responsáveis	540.665.551	505.897.689

Fonte: Siafi

5.1 - Convênios e Instrumentos Congêneres

Compreende a execução dos valores de convênios e outros instrumentos congêneres para saída de recursos firmado com outras entidades com a finalidade atingir objetivos comuns. Abaixo é apresentado o “estoque de prestação de contas” do MTE:

Estoque de Prestação de Contas de Convênios e Congêneres



Fonte: Siafi

5.2 Contratos de Serviços em Execução

Compreende ao registro da execução dos valores de obrigações contratuais, quando a administração pública participa como contratante.

<i>Contratos de serviços em Execução</i>	<i>31/03/2023</i>
ALGAR TI CONSULTORIA S/A	3.532.612
BANCO DO BRASIL SA	67.582.045
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	720.385.959
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	6.703.662
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVID	43.072.622
EUROSEG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	4.195.509
FUNDACAO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS FII	1.220.132
G4F SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA	2.208.611
IVORY IT SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	4.456.757
MONEY TURISMO LTDA	10.233.270
NEOENERGIA DISTRIBUICAO BRASILIA S.A.	1.555.230
SEAL TELECOM COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNI	5.448.000
SOLUCAO SERVICOS COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA	7.006.404
SOS TECNOLOGIA E GESTAO DA INFORMACAO LTDA	5.778.116
STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMAT	18.169.063
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A	17.700.562
TRDT BRASIL TECNOLOGIA LTDA	7.125.292
Demais	3.682.071
Total	<u>930.055.918</u>

Fonte: Siafi

5.3 - Diversos Responsáveis

Esse grupo de contas registra as responsabilidades apuradas decorrentes de atos praticados por gestores, servidores ou terceiros que possam resultar em prejuízos para a fazenda nacional. Representa os valores cujo processo de tomada de contas especial foi encerrado, porém não apreciados e julgados pelo TCU.

<i>Diversos Responsáveis</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Falta ou Irregularidade de Comprovação	268.862.202	251.262.411
Pagamentos Indevidos	1.564.074	1.564.074
Desfalques ou Desvios	62.241	62.241,17
Responsáveis Por Danos Ou Perdas	60.118	60.118
Total	<u>270.548.635</u>	<u>252.948.844</u>

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado no 1º trimestre de 2023 foi **superavitário** conforme demonstrado na tabela abaixo.

<i>Resultado Patrimonial do Período</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>
Variação Patrimonial Aumentativa	<u>117.478.053.004</u>	<u>200.191.010.271</u>
Variação Patrimonial Diminutiva	- <u>117.394.075.377</u>	- <u>200.178.977.904</u>
Total	<u>83.977.626</u>	<u>12.032.367</u>

Fonte: Siafi

6.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MTE e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

6.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MTE, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

6.3 Desempenho Financeiro

A tabela abaixo compara o Resultado Financeiro (confronto entre as VPA financeiras e VPD financeiras), com o mesmo período do exercício anterior.

<i>Desempenho Financeiro</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Juros e Encargos de Mora	106	344.327
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	42.605	82.390
	42.711	426.718
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Juros em Sentenças Judiciais	-	1.134
	-	1.134
Total	42.711	427.851

6.4 Desempenho Não Financeiro

Na tabela abaixo, é apresentado o resultado da DVP, expurgando-se os efeitos da VPA financeira e VPD financeira.

<i>Desempenho Não Financeiro</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>
Aumentativa		
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	12.260.212	148.986
Exploração e Venda de Bens, Serviços e	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	41.463.409	7.499.983
	53.723.621	7.648.969
Diminutiva		
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.647.856	303.374
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	241.268.880	141.060.502
Transferências e Delegações Líquidas	- 886.967.410 -	145.771.461
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	10.478.672	446.743
Tributárias	59.747	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	10.379	3.028
	- 627.501.875 -	3.957.814
Total	681.225.497	11.606.783

Fonte: Siafi

6.5 Demonstração das Variações Patrimoniais - Ajustada

Visando qualificar as informações constantes na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP foi evidenciado, no demonstrativo a seguir, a exclusão dos valores oriundos de transações realizadas intragrupo. Esses valores, por representarem transações financeiras ocorridas entre unidades gestoras do próprio MTE, não alteram o Patrimônio Líquido do fundo.

<i>Variação Patrimonial</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>
<i>Aumentativa</i>		
Contribuições	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	42.711	426.718
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	12.260.212	148.986
Exploração e Venda de Bens, Serviços e	-	-
Transferências e Delegações Líquidas	886.967.410	145.771.461
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	41.463.409	7.499.983
	940.733.742	153.847.148
<i>Diminutiva</i>		
Pessoal e Encargos	597.290.581	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.647.856	303.374
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	241.268.880	141.060.502
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	1.134
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	10.478.672	446.743
Tributárias	59.747	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	10.379	3.028
	856.756.116	141.814.781
<i>Total</i>	83.977.626	12.032.367

Fonte: Siafi

As exclusões efetuadas na DVP referem-se aos saldos originalmente registrados nos grupos “Transferências e Delegações Recebidas” e “Transferências e Delegações Concedidas”.

Os valores das Transferências e Delegações estão relacionados majoritariamente as movimentações financeiras efetuadas entre UG’s do MTE. Essa rubrica está segregada da seguinte forma:

<i>Transferências e Delegações</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>
Transferências e Delegações Recebidas		
Sub-Repasse Recebido	741.883.873	139.430.604
Cota Recebida	82.274.793.555	198.954.773.934
Demais Transf. e Delegações Recebidas	44.465.572	5.550.058
Transferências Recebidas para Pgto. de RP	34.360.231.333	1.077.780.178
	117.421.374.332	200.177.534.775
Transferências e Delegações Concedidas		
Sub-Repasse Concedido	742.098.873	139.430.604
Movimentações de Saldos Patrimoniais	9.518.607	1.026.360
Transferências Concedidas para Pgto. de RP	34.278.276.307	1.076.999.748
Repasse Concedido	81.498.302.729	198.811.799.113
Demais Transf. e Delegações Concedidas	6.176.915	147.753
	116.534.373.431	200.029.403.578
Total	233.955.747.764	400.206.938.353

Fonte: Siafi

A) Transferências e Delegações Recebidas

- I. Cota Recebida: Registra o valor dos recursos recebidos pela administração direta decorrentes da programação financeira correspondente ao orçamento anual.
- II. Sub-repasse Recebido: Registra o valor dos sub-repasses recebidos no exercício, decorrentes de transferências entre UG's do mesmo órgão, correspondente ao orçamento anual.
- III. Transferências Recebidas para Pagamento de RP: Registra os valores recebidos para o pagamento de Restos a Pagar.

B) Transferências e Delegações Concedidas

- I. Repasse Concedido: Registra a variação patrimonial diminutiva relativa ao valor dos recursos concedidos a título de transferências financeiras entre órgãos diferentes da administração direta ou indireta, correspondentes ao orçamento anual.
- II. Movimentações de Saldos Patrimoniais: Registra os bens e valores concedidos decorrentes de transferências para outra UG.
- III. Sub-repasse Concedido: Registra a variação patrimonial diminutiva relativa ao valor total dos sub-repasses concedidos por transferências financeiras entre UG de um mesmo órgão.
- IV. Transferências Concedidas para Pagamento de RP: Registra os valores das ordens de transferências concedidas para o pagamento de RP.

Cabe destacar que as Demonstrações Contábeis extraídas do SIAFI não dispõem de parametrização para identificar e excluir, de forma sistematizada, as transações realizadas entre unidades no âmbito do MTE. Da forma como a DVP é originalmente extraída, as informações produzidas não refletem de modo adequado a realidade, podendo distorcer o entendimento quanto às referidas transações do fundo.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

7.1 Conciliação: Balanço Orçamentário x Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em atenção ao padrão de apresentação de informações do Balanço Orçamentário - BO constante no item 2.3 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, apresenta-se a seguir a conciliação do BO com os valores dos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apresentados na Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC.

<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>
DFC Atividades Operacionais - Ingressos	Remuneração das Disponibilidades	41.931	81.422
	Transferências Recebidas	-	-
	Subtotal	41.931	81.422
Balanço Orçamento - Receitas Correntes	Receita Patrimonial	41.931	81.422
	Transferências Correntes	-	-
	Subtotal	41.931	81.422
Diferença		-	-
<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>
DFC Atividades Operacionais - Desembolsos	Trabalho	537.468.403	2.105.469
	Demais Despesas	247.079.719	139.163.754
	Transferências Concedidas	88.819.172	-
	Subtotal	873.367.293	141.269.223
Balanço Orçamento - Despesas Correntes	Despesas Correntes	873.367.293	141.269.223
	Subtotal	873.367.293	141.269.223
Diferença		-	-

Fonte: Siafi

7.2 Restos a Pagar

O quadro da execução dos Restos a Pagar compõe o Balanço Orçamentário, conforme descrição abaixo:

<i>Restos a Pagar</i>	<i>Inscritos e</i>		<i>Pagos</i>	<i>A Pagar</i>
	<i>Reinscritos</i>	<i>Cancelados</i>		
Não Processados	565.975.386	498.561	71.755.015	493.721.811
Processados	163.168.192	2.455	163.068.054	97.682
Total	729.143.578	501.016	234.823.069	493.819.493

Fonte: Siafi

A tabela a seguir apresenta os Restos a Pagar Não Processados detalhados por Ação de Governo:

<i>Restos a Pagar Não Processados</i>	<i>Reinscritos</i>	<i>Inscritos</i>	<i>Liquidados</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
<i>Outras Despesas Correntes</i>						
Gestão das Políticas de Previdência e Trabalho	166.734	1.546.203	134.374	134.374	314.130	1.264.432
Administração da Unidade	8.904.133	93.984.465	52.555.019	52.523.159	31.607	50.333.833
Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Seg.	-	332.628	126.861	27.177	152.823	152.628
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	141.510.123	-	9	9	-	141.510.115
Desenvolvimento, Sustentabilidade e Fomento dos Regimes de P	370.866	-	370.866	370.866	-	-
Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	147.507	417.557	417.557	417.557	-	147.508
Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho	14.653.542	8.606.093	344.126	228.022	-	23.031.613
Remuneração de Agentes Financeiros	25.275.986	41.416.212	11.677.886	11.677.886	-	55.014.312
PAGAMENTO DE AUXILIO AOS TRANSPORTADORES AUTONOMOS DE C.	-	116.452.227	2.636.721	2.636.721	-	113.815.506
PAGAMENTO DE AUXILIO AOS MOTORISTAS DE TAXI (EMENDA CONSTI	-	107.176.086	2.909.300	2.909.300	-	104.266.787
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPF	-	900.000	380.899	380.899	-	519.101
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	-	3.605.025	2.412.106	2.412.106	-	1.192.919
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	-	549.975	326.556	326.556	-	223.419
FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS	-	459.696	122.492	122.492	-	337.205
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL - INSTITUTO AERUS DE SEGUR	-	1	-	-	-	1
FOMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDARIA, ASSOCIATIV	342.900	1.449.642	-	-	-	1.792.542
RECONHECIMENTO DE DIREITOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	-	452.810	-	-	-	452.810
FOMENTO PARA A ORGANIZACAO E O DESENVOLVIMENTO DE EMPREE	700.000	160.000	-	-	-	860.000
Total	-	377.508.620	74.414.769	74.167.121	498.561	494.914.730

Fonte: Siafi

A tabela a seguir apresenta os Restos a Pagar Processados detalhados por Ação de Governo:

<i>Restos a Pagar Processados</i>	<i>Reinscritos</i>	<i>Inscritos</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
<i>Outras Despesas Correntes</i>					
Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança	2.025	1.442	1.012	2.455	-
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	-	-	-	-	-
Ativos Civis da União	-	149.228.171	149.130.489	-	97.682
Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	-	-	-	-	-
INDENIZACAO A SERVIDORES EM EXERCICIO EM LOCALIDADES DE FRON	-	90.500	90.500	-	-
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	-	20.278	20.278	-	-
ADMINISTRACAO DA UNIDADE	-	222.914	222.914	-	-
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	-	813.256	813.256	-	-
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	-	4.788.801	4.788.801	-	-
AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	-	21.422	21.422	-	-
GESTAO DAS POLITICAS DE PREVIDENCIA E TRABALHO	-	2.086.888	2.086.888	-	-
BONUS DE EFICIENCIA E PRODUTIVIDADE DE SERVIDORES ATIVOS DA	-	5.841.000	5.841.000	-	-
REMUNERACAO A AGENTES FINANCEIROS	-	51.496	51.496	-	-
Total	2.025	163.166.167	163.068.054	2.455	97.682

Fonte: Siafi

7.3 Execução Orçamentária

Ação do Governo	DOTACAO INICIAL	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	Total Geral
00M4 - REMUNERACAO A AGENTES FINANCEIROS	-	24.081.506,93	20.966.529,06	20.966.529,06	66.014.565,05
00N2 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL - INSTITUTO AERUS DE SEGUR	843.437.794,00	235.767.776,45	141.767.776,45	141.767.776,45	1.362.741.123,35
00OM - INDENIZACAO A SERVIDORES EM EXERCICIO EM LOCALIDADES DE FRON	1.853.000,00	1.200.000,00	413.595,00	247.520,00	3.714.115,00
00OQ - CONTRIBUICOES A ORGANISMOS INTERNACIONAIS SEM EXIGENCIA DE P	700.000,00	-	-	-	700.000,00
00S6 - BENEFICIO ESPECIAL E DEMAIS COMPLEMENTACOES DE APOSENTADORIA	202.566,00	-	-	-	202.566,00
0181 - APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	2.603.250.000,00	80.000,00	41.263,32	27.508,88	2.603.398.772,20
0643 - COMPLEMENTO DA ATUALIZACAO MONETARIA DOS RECURSOS DO FUNDO D	128.924.046,00	-	-	-	128.924.046,00
09HB - CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	424.082.308,00	103.488.500,00	85.676.073,92	85.676.073,92	698.922.955,84
0EC9 - AUXILIO FINANCEIRO A ENTIDADES QUE ATUAM NAS AREAS DE EMPREG	651.682,00	-	-	-	651.682,00
2000 - ADMINISTRACAO DA UNIDADE	116.293.164,00	28.215.918,66	4.913.208,67	4.174.316,07	153.596.607,40
2004 - ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	49.184.372,00	8.670.000,00	2.842.238,57	2.086.411,22	62.783.021,79
201T - GESTAO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE	-	200.000,00	-	-	200.000,00
20TP - ATIVOS CIVIS DA UNIAO	2.140.183.285,00	1.003.705.278,37	461.582.212,74	353.835.338,93	3.959.306.115,04
20YU - FISCALIZACAO DE OBRIGACOES TRABALHISTAS E INSPECAO EM SEGURA	42.140.446,00	3.992.163,45	2.557.847,57	2.531.102,71	51.221.559,73
20YV - DEMOCRATIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO	150.000,00	-	-	-	150.000,00
212B - BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	73.120.515,00	30.069.125,00	14.197.223,03	9.509.030,46	126.895.893,49
212S - DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E FOMENTO DOS REGIMES DE P	34.076.379,00	18.436.623,63	7.950.861,43	5.614.202,00	66.078.066,06
216H - AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	400.000,00	227.000,00	181.280,87	115.567,89	923.848,76
21AX - GESTAO DAS POLITICAS DE PREVIDENCIA E TRABALHO	14.039.026,00	1.478.465,00	517.946,38	517.946,38	16.553.383,76
21AZ - SISTEMA DE ESCRITURACAO DIGITAL DAS OBRIGACOES FISCAIS, PREV	166.321.108,00	-	-	-	166.321.108,00
21BW - BONUS DE EFICIENCIA E PRODUTIVIDADE DE SERVIDORES INATIVOS E	64.820.292,00	-	-	-	64.820.292,00
21BX - BONUS DE EFICIENCIA E PRODUTIVIDADE DE SERVIDORES ATIVOS DA	71.593.536,00	52.000.000,00	17.418.000,00	11.628.363,06	152.639.899,06
2591 - RECONHECIMENTO DE DIREITOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	8.458.676,00	239.847,03	-	-	8.698.523,03
2812 - FOMENTO A INCLUSAO PRODUTIVA	-	150.000,00	-	-	150.000,00
4245 - CLASSIFICACAO BRASILEIRA DE OCUPACOES - CBO	-	171.990,51	-	-	171.990,51
4741 - CADASTROS PUBLICOS E SISTEMAS DE INTEGRACAO DAS ACOES DE TRA	-	28.214.474,10	-	-	28.214.474,10
4815 - FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS	-	2.590.694,28	732.379,36	731.966,36	4.055.040,00
Total	6.783.882.195,00	1.542.979.363,41	761.758.436,37	639.429.653,39	19.456.099.296,34

Fonte: Siafi

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

8 - Geração Líquida de Caixa

As informações dos fluxos de caixa permitem avaliar como o MTE obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao Resultado Financeiro apurado no Balanço Financeiro.

<i>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>
Atividades Operacionais	24.012.853	11.678.091
Atividades de Investimento	- 3.297.536	278.320
Atividades de Financiamento	-	-
Total	20.715.317	11.956.411

Fonte: Siafi

8.1. Atividades Operacionais

A variação observada no grupo de Atividade Operacionais decorre dos valores das Transferências e Delegações relacionadas majoritariamente as movimentações financeiras efetuadas entre UG's e Órgãos do MTE.

8.2 Conciliação: Demonstração dos Fluxos de Caixa x Caixa e Equivalentes de Caixa

Em atenção a regulamentação da divulgação de informações da Demonstração de Fluxos de Caixa – DFC, constante no item 6.3 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, apresentamos a seguir a conciliação do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentado na DFC com o valor apresentado no Balanço Patrimonial.

<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>
Fluxos de Caixa	Saldo Inicial	165.007.161	4.014.829
	Atividades Operacionais	117.435.252.460	200.182.024.877
	Atividades de Investimento	- 3.297.536	278.320
	Atividades de Financiamento	- 117.411.239.607	- 200.170.346.786
	Subtotal	185.722.478	15.971.240
<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Caixa	184.232.030	12.743.463
	Bancos	1.490.449	3.227.777
	Subtotal	185.722.478	15.971.240
Diferença		- 0	- 0

Fonte: Siafi

BALANÇO FINANCEIRO

9 – Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) evidencia a movimentação financeira do MTE e possibilita a apuração do Resultado Financeiro do Exercício. Este resultado é um indicador de equilíbrio financeiro (e não de desempenho) e é apurado, entre outras formas, pelo confronto do saldo financeiro para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior.

<i>Resultado Financeiro</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>
Receita Orçamentária	41.931	359.742
Despesa Orçamentária	- 1.542.979.363	- 143.482.797
Resultado Orçamentário	- 1.542.937.432	- 143.123.055
Transferências Financeiras Recebidas	117.421.217.367	200.177.534.775
Transferências Financeiras Concedidas	- 116.534.373.431	- 200.029.403.578
Transferências Financeiras Líquidas	886.843.935	148.131.197
Recebimentos Extraorçamentários	918.016.567	7.851.008
Pagamentos Extraorçamentários	- 241.207.753	- 902.739
Resultado Extraorçamentários	676.808.814	6.948.269
Resultado Financeiro do Exercício	20.715.317	11.956.411
Geração Líquida de Caixa	20.715.317	11.956.411

Fonte: Siafi

9.1 Receitas e Despesas Orçamentárias

A variação nas despesas orçamentárias decorre do pagamento de despesas com a Previdência Social e Trabalho.

9.2 Transferências Financeiras – Recebidas e Concedidas

A variação observada nesse grupo decorre dos valores das Transferências e Delegações relacionadas majoritariamente as movimentações financeiras efetuadas entre UG's do MTP e Órgão, para maiores detalhes vide Nota 8.5 - Demonstração das Variações Patrimoniais – Ajustada.

9.3 Pagamentos e Recebimentos Extraorçamentários

A variação observada nesse grupo decorre do aumento da inscrição de restos a pagar e dos pagamentos referentes a restos a pagar.